

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 - (Valores expressos em reais)**

## **1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna é uma entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, fundada em 28 de junho de 1971 com declaração de utilidade pública municipal, estadual e federal e certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

A Associação tem por finalidade coordenar, orientar, incentivar, promover e desenvolver recursos assistenciais no combate ao câncer, bem como prestar serviços médico-hospitalares e ambulatoriais com esse objetivo ou afins e, no mesmo sentido, colaborar com outras instituições congêneres e com o poder público.

Para atingir seus objetivos, a Associação mantém um complexo hospitalar-assistencial constituído pelo Hospital Mário Penna, Hospital Luxemburgo e Casa de Apoio de Hospedagem de Transição.

Os recursos financeiros para a promoção de seus objetivos estatutários vêm do SUS - Sistema Único de Saúde, de convênios, de atendimentos particulares, de doações e de rendimentos provenientes de suas aplicações financeiras. Todos os recursos da Associação são empregados exclusivamente no País e na execução de suas atividades estatutárias.

São órgãos administrativos da Associação: o Conselho Curador, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A administração geral da Associação é exercida pelo Conselho Curador e a direção executiva pela Diretoria Executiva, diretor-presidente e diretores, de acordo com as respectivas competências estatutárias e regulamentares.

Em 27 de abril de 2000, a Associação instituiu a Fundação Mário Penna por meio de escritura pública de instituição e dotação, com o objetivo de suceder a Associação em todos os seus direitos e obrigações em até cinco anos.

Passados sete anos de sua instituição, a Fundação Mário Penna não conseguiu preencher os requisitos jurídico-legais para a fruição da imunidade e das isenções tributárias que beneficiam a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna, em especial o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Considerando que a imunidade e isenções tributárias são indispensáveis para a sustentabilidade das atividades assistenciais prestadas pelo complexo Mário Penna, o Conselho Curador da Entidade, em agosto de 2007, deliberou pela incorporação dos ativos e passivos da Fundação, pela Associação.

Estão em andamento medidas legais visando à incorporação da Fundação Mário Penna pela Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna.

## **2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis são elaboradas e estão representadas de acordo com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, demais disposições legais e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 10, item 10.19 - Entidades sem fins lucrativos.

### 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Aplicações financeiras** - As aplicações financeiras são registradas pelo valor da aplicação, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do balanço. A Administração da Associação optou por aplicações em títulos e fundos de renda fixa de perfil conservador, buscando reduzir riscos de perdas.

**b) Clientes** - Na rubrica "Clientes" estão concentradas as contas a receber pela prestação de serviços médico-hospitalares da Associação. Foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa, para cobertura das perdas estimadas na cobrança desses valores.

**c) Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao preço de reposição. Todos os estoques foram inventariados na época do fechamento do balanço.

**d) Imobilizado** - O ativo imobilizado, avaliado pelo custo de aquisição, foi adquirido a partir de dezembro de 2004. Todo o ativo adquirido anteriormente foi transferido para a Fundação Mário Penna. As quotas de depreciação foram calculadas pelo método linear e reconhecidas no resultado a que se referem.

**e) Obrigações trabalhistas e sociais** - A Associação reconhece as obrigações fiscais, trabalhistas e cíveis dentro do próprio exercício.

**f) Receitas com doações, subvenções e contribuições** - As doações, subvenções e contribuições para custeio das atividades da Associação são contabilizadas em contas de receitas. As doações e subvenções patrimoniais são contabilizadas como reservas no Patrimônio Social.

**g) Apuração de resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas segundo o regime de competência, de acordo com a legislação vigente.

### 4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras referem-se a operações de curto prazo e estão assim demonstradas:

Instituição Financeira	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Banco Real	3.413.493	3.064.382
Caixa Econômica Federal	-	272.465
Banco do Brasil	<u>2.882.063</u>	<u>2.016.754</u>
	<u>6.295.556</u>	<u>5.353.601</u>

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos da Associação é realizada dentro de um perfil conservador, em títulos e fundos de renda fixa, com carteira eminentemente composta por títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco de crédito, e modalidades operacionais associadas ao mercado de renda fixa.

A referência dos rendimentos financeiros, resultantes da aplicação dos recursos em fundos

de perfil conservador, é a taxa de CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

## 5) ADIANTAMENTOS

São registrados nessa rubrica os adiantamentos a fornecedores e a funcionários (férias e salários), sendo assim representados:

	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Adiantamento a fornecedores	102.082	110.868
Adiantamento a funcionários	<u>137.768</u>	<u>182.112</u>
Total	<u>239.850</u>	<u>292.980</u>

## 6) CLIENTES

Os créditos a receber, decorrentes dos convênios com as operadoras de planos de saúde e de faturamentos particulares, podem ser assim apresentados:

Nome do Cliente	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
SUS	2.964.207	3.056.302
IPSEMG	1.431.441	1.940.119
Unimed	1.733.887	1.729.713
Outros convênios	1.737.737	1.655.950
Particulares	<u>319.655</u>	<u>114.815</u>
Total de clientes	8.186.927	8.496.899
Provisão para devedores duvidosos	<u>(336.140)</u>	<u>(216.388)</u>
Total da conta	<u>7.850.787</u>	<u>8.280.511</u>

É prática de a Entidade constituir provisão para devedores duvidosos com base na ausência de expectativa de recebimento junto aos clientes, que, via de regra, estão com as faturas vencidas há mais de 12 meses.

## 7) ESTOQUES

Os valores constantes nessa rubrica referem-se aos medicamentos e materiais utilizados na prestação de serviços da Associação e aos gêneros alimentícios necessários ao fornecimento de dietas e alimentação adequada aos pacientes, acompanhantes e funcionários. A composição dos estoques é a seguinte:

<u>Composição</u>	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Farmácia	1.136.313	1.349.224
Almoxarifado	235.490	234.403
Serviço de nutrição e dietética	<u>28.964</u>	<u>24.939</u>
Total dos estoques	<u>1.400.767</u>	<u>1.608.566</u>

## 8) CONTRATO DE MÚTUO - FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA

O valor de R\$1.447.882 (R\$1.387.892 em 2006), registrado nessa rubrica, refere-se ao contrato de mútuo junto à Fundação Mário Penna para custeio de despesas. O contrato foi registrado pelo seu valor original mais provisão de correção pelo IPCA - do IBGE.

## 9) ATIVO IMOBILIZADO

Os bens e direitos destinados à manutenção das atividades da Associação podem ser assim demonstrados:

<u>Classificação</u>	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Prédios	4.224.932	1.933.664
Terrenos	35.000	
Aparelhos e equipamentos	4.836.877	2.603.299
Móveis e utensílios	849.239	548.630
Veículos	174.515	165.415
Computadores e sistemas	1.857.461	1.511.896
Instrumentais cirúrgicos	347.057	258.163
Enxovais hospitalares	<u>249.011</u>	<u>96.201</u>
Subtotal	12.574.092	7.117.268
(-) Depreciação acumulada	<u>(1.729.556)</u>	<u>(714.769)</u>
Total	<u>10.844.536</u>	<u>6.402.499</u>

## 10) FORNECEDORES

Essa conta é composta pelos valores a pagar aos fornecedores de insumos utilizados na prestação dos serviços médico-hospitalares e, ainda, de parceiros na prestação de serviços vitais ao funcionamento das unidades mantidas pela Associação.

## 11) CONVÊNIO - FUNDAÇÃO MÁRIO PENNA

A Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna utiliza os bens do ativo imobilizado da Fundação Mário Penna na execução de suas atividades estatutárias. Em contrapartida, a Associação reembolsa à Fundação os custos com a depreciação e baixa desses bens. Os valores registrados no passivo circulante da Associação, referentes a esse reembolso, são de R\$8.877.811 em dezembro de 2007 (R\$6.590.095 em 2006).

## 12) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Essa rubrica está composta pelos valores relativos à remuneração dos colaboradores paga no mês seguinte ao qual foi incorrida e, também, das provisões trabalhistas e de impostos retidos sobre serviços de terceiros:

<u>Composição</u>	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
Salários e ordenados	788.865	42.453
Obrigações sociais e fiscais	592.944	570.012
Provisões p/ férias	<u>1.608.802</u>	<u>1.479.695</u>
Total	<u>2.990.611</u>	<u>2.792.160</u>

## 13) HONORÁRIOS MÉDICOS A REPASSAR

Essa rubrica refere-se aos honorários médicos faturados pelos hospitais mantidos pela Associação, a serem repassados aos médicos e clínicas conveniadas após seu recebimento. O valor a repassar em dezembro de 2007 é de R\$700.188 (R\$1.769.801 em dezembro de 2006).

Em 2007, a Associação rescindiu o contrato de prestação de serviços com a Clínica de Hemodinâmica, bem como reduziu o prazo dos repasses aos médicos conveniados, em consequência da implantação do sistema informatizado, cujas ações culminaram na redução do saldo a pagar no decorrer do exercício.

## 14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2006, a Associação detinha um saldo remanescente junto ao Banco ABN Amro Real, da ordem de R\$1.339.000, cujo contrato foi aditado e renegociado à taxa de 0,35% a.m. (4,28% a.a.) mais a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, a ser pago em 24 parcelas mensais, tendo como garantia os direitos creditórios para com a Operadora Unimed.

Em março de 2007, a Associação quitou o saldo remanescente do empréstimo referente a 22 parcelas, no montante de R\$1.265.331.

O financiamento contraído junto ao BNDES, em 1999, foi destinado à expansão e modernização do Hospital Mário Penna e do Hospital Luxemburgo, dividido em três contratos, sendo dois reajustados pela taxa de 3,3% a.a. + TJLP e o outro reajustado pela taxa de 3,3% a.a. + variação de uma cesta de moedas estrangeiras.

Em junho de 2005, quando o valor do débito era de R\$13.063.876, foi celebrado o Aditamento nº 2 ao Contrato de Financiamento com o BNDES, no qual os três contratos originais foram agrupados em um único, dividido em 240 parcelas mensais e consecutivas. A taxa de juros adotada foi de 3,3% a.a. + TJLP. Como garantia foi feita cessão parcial, "pro solvendo", dos créditos da Associação junto ao Ministério da Saúde, em razão de prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Em julho de 2005, o valor do débito do financiamento com o BNDES foi recalculado com base nas novas cláusulas pactuadas, onde foi apurado um desconto financeiro de R\$617.169, reconhecido no resultado daquele exercício.

### 14.1) FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO

Instituição	Taxas	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
ABN Amro Real	4,28% a.a. + CDI	-	669.500
BNDES	3,3% a.a. + TJLP	<u>694.300</u>	<u>691.786</u>
Total		<u>694.300</u>	<u>1.361.286</u>

### 14.2) FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO

Instituição	Taxas	<u>31/12/07</u>	<u>31/12/06</u>
ABN Amro Real	4,28% a.a. + CDI	-	669.500
BNDES	3,3% a.a. + TJLP	<u>10.414.507</u>	<u>11.068.571</u>
Total		<u>10.414.507</u>	<u>11.738.071</u>

## 15) PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

De acordo com os relatórios dos Assessores Jurídicos da Associação, existem ações judiciais em andamento, razão pela qual foi constituída provisão para fazer face às possíveis perdas com tais contingências no montante de R\$817.065 (R\$641.331 em 2006). Foram feitos depósitos judiciais recursais no montante de R\$270.838 (R\$228.767 em 2006).

Em 2006, a Administração realizou acordo com 319 empregados da Associação, referente à demanda judicial impetrada pelo sindicato da classe, o que resultou em uma reversão da provisão no montante de R\$692.872 naquele exercício.

## **16) PROCEDIMENTOS FISCAIS**

Em outubro de 2005, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social encerrou o procedimento fiscal iniciado no ano de 2004, referente às contribuições sociais devidas ao órgão, no período de janeiro de 1999 a maio de 2004.

Como resultado do procedimento fiscal, o INSS apresentou Autos de Infração e Notificações de Lançamento de Débito que totalizaram R\$3.736.428.

A Administração avaliou os Autos e Notificações apresentadas pela fiscalização e tomou as seguintes providências:

### **16.1) DÉBITOS QUITADOS EM 2005**

Foi reconhecido o débito de R\$318.888 referente a multas pela ausência de retenção do imposto sobre a remuneração de serviços prestados por terceiros e pelos valores que deveriam ter sido recolhidos. O valor do débito foi quitado em novembro de 2005, com desconto de 50%, no montante de R\$159.944.

### **16.2) DÉBITOS PARCELADOS E QUITADOS**

Foi reconhecido o débito de R\$435.638 referente a valores não retidos sobre a remuneração de serviços prestados por terceiros. A Associação parcelou o débito junto ao INSS em 60 meses, corrigido mensalmente com base na taxa SELIC. No ano de 2006 foram quitadas 11 parcelas.

Em março de 2007 o saldo remanescente do débito de R\$399.575, referente a 47 parcelas, foi integralmente quitado pela Associação.

### **16.3) DÉBITOS NÃO RECONHECIDOS**

A Associação não reconheceu o débito de R\$2.980.902 e ajuizou em 2006 uma ação ordinária, na qual foi requerido o julgamento acerca da inexistência de relação jurídica que obrigue a Associação ao pagamento ao INSS da contribuição previdenciária em questão, bem como declaradas nulas as autuações.

A alternativa utilizada, considerada mais conveniente à Associação, foi a propositura de Ação Cautelar de Depósito seguida da Ordinária de Declaração de Inexistência de Relação Jurídica que obrigue a Associação ao pagamento ao INSS da contribuição previdenciária bem como em consequência, para que sejam declaradas nulas as autuações contra as quais apresentadas defesas administrativas.

A Assessoria Jurídica da Associação avaliou que a probabilidade dessa ação encontrar-se no limiar entre remota e possível, por existirem jurisprudências favoráveis a ela, embora os tribunais ainda não sejam unânimes em seu entendimento. Por esse motivo não foi feita provisão para perda dessas ações.

## **17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 27 de abril de 2000, a Associação instituiu a Fundação Mário Penna por meio de escritura pública de instituição e dotação, dotando-a com um patrimônio de bens no valor de R\$24.630.283. Em novembro de 2004, a Associação efetuou dotação complementar no

valor de R\$10.138.994.

Em função dessa situação, a Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna vinha apresentando patrimônio líquido negativo até o exercício de 2006. No exercício de 2007, a Associação teve um superávit de R\$5.426.743, o qual permitiu que o patrimônio líquido passasse a ser positivo em R\$2.879.123.

#### **17.1) RESERVA DE DOAÇÃO**

Essa rubrica faz referência às doações recebidas em ativos no exercício de 2007, as quais totalizaram R\$192.070. Desse montante, R\$100.000 refere-se a convênios firmados com o Governo do Estado de Minas Gerais, para a compra de equipamentos para o bloco cirúrgico do Hospital Luxemburgo.

#### **17.2) RESERVA DE REAVALIAÇÃO**

Trata-se de reserva de reavaliação de bens patrimoniais, constituída em 2006 e realizada de acordo com a nova vida útil avaliada. O saldo em dezembro de 2007 é de R\$120.473.

#### **18) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As operações da Associação são realizadas por intermédio da área Financeira, de acordo com estratégia previamente aprovada pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Os montantes dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, registrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estão ajustados ao valor compatível com os de mercado.

#### **19) SEGUROS**

A Associação mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil, os quais, em 31 de dezembro de 2007, totalizam R\$25.563.049.

#### **20) CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Apresentamos, a seguir, os registros controlados pela Associação em contas de compensação em 31 de dezembro de 2007:

##### **20.1) IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA**

Os impostos, taxas e contribuições não recolhidos em 2007, em razão da imunidade e isenções tributárias da Associação, foram de R\$10.700.079.

##### **20.2) ESTOQUES CONSIGNADOS**

O saldo dos estoques consignados em poder da Associação refere-se às órteses, próteses e materiais especiais e foram inventariados em dezembro de 2007. O valor desses estoques na data do balanço é de R\$1.210.932 (R\$1.827.271 em 2006).

### **20.3) DOAÇÕES A REALIZAR**

Encontra-se em andamento processos de inventários/testamentos de bens doados, avaliados em dezembro de 2007 em R\$197.900 (R\$327.799 em 2006).

### **20.4) BENS EM COMODATO**

O valor de bens cedidos à Associação em comodato, na data do fechamento do balanço, é de R\$512.814 (R\$139.541 em 2006).

### **21) EVENTOS SUBSEQÜENTES**

A Fundação Mário Penna, instituída pela Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna em abril de 2000, ajuizou ação em outubro de 2007 junto à 1ª Vara Cível de Belo Horizonte, na qual solicita a sua extinção e a incorporação de seus Ativos e Passivos pela Associação. Até o fechamento do balanço, a ação não havia sido julgada.

Em novembro de 2007, a Secretaria da Receita Federal iniciou uma ação fiscal para verificação do cumprimento das obrigações de retenção de contribuições sociais sobre serviços prestados por empresas ou equiparados, no período de maio de 2004 a dezembro de 2006. Até o fechamento do balanço a ação fiscal não havia terminado, sendo que não houve nenhuma manifestação formal sobre irregularidades.

### **22) MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA**

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, a qual modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976). Em termos gerais, a nova lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil aos padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board*.

A Administração está analisando os impactos das alterações introduzidas pela nova lei junto às entidades do terceiro setor, principalmente quanto à criação de novos subgrupos de contas, introdução de novos critérios para classificação e avaliação de instrumentos financeiros e ao conceito de ajuste ao valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Os eventuais impactos das alterações introduzidas pela nova lei serão reconhecidos no decorrer de 2008. Em consonância com as recomendações atribuídas, a Associação está divulgando a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado.

**José Miguel Martini**  
**Presidente - CPF: 348.780.507-30**  
**Paulo Cleomar Araújo**  
**Contador CRC/MG 063.054**  
**CPF: 738.093.226-87**